

RECENSÃO

Maria João Pena

Docente do ISSSL-ULL
Doutoranda em Serviço Social ISCTE - IUL
Investigadora do CLISSIS

Ferreira, Jorge M. L. (2011) *Serviço Social e Modelos de Bem-Estar para a Infância, Modus Operandi do Assistente social na Promoção da Protecção à Criança e à Família*, Lisboa, Quid Juris Sociedade Editora, 349 p.

É indiscutível a pertinência da obra que aqui se apresenta, na medida em que versa um tema socialmente relevante, de grande actualidade e cuja complexidade exige um esforço de estudo, análise e reflexão. O enfoque é o problema social da criança em situação de desprotecção e as competências das famílias e das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, enquanto objecto e área de intervenção dos assistentes sociais. Este trabalho é o resultado de uma pesquisa em Serviço Social sobre o sistema de protecção à criança e à família em Portugal, no contexto da União Europeia. Aprofunda o conhecimento sobre o *modus operandi* do Assistente Social no sistema de protecção à criança na família biológica ou na família de acolhimento, equacionando as complexidades, limites, condicionamentos e possibilidades de intervenção do assistente social

O autor tem já um percurso académico e profissional nesta área pelo que o ponto de partida desta investigação beneficiou dessa experiência teórica e prática, contribuindo para um aprofundamento conceptual e uma maior capacidade de leitura e interpretação do campo empírico.

A investigação suporta-se em dois eixos, o estudo sobre a intervenção dos assistentes sociais das CPCJ junto da família biológica e da família de acolhimento, e o estudo sobre os sistemas de protecção e bem-estar no quadro da União Europeia, mas com particular incidência em Portugal no âmbito das medidas de protecção em meio natural de vida, definindo-se como objecto de estudo o agir dos assistentes sociais que trabalham no contexto das CPCJ junto de famílias biológicas e de famílias de acolhimento, incidindo na protecção e bem-estar da criança.

A investigação tem como universo as CPCJ a nível nacional que integram assistentes sociais nas equipas de intervenção com famílias no problema da criança maltratada, tendo a amostra sido constituída com base em critérios do exercício da prática profissional no mínimo há 2 anos e que dispusessem de internet. Das 266 comissões identificadas inicialmente foram seleccionadas 55, tendo respondido ao questionário 19 comissões de protecção de crianças e jovens.

Do ponto de vista metodológico a pesquisa empírica sustenta-se no questionário on line preenchido pelos assistentes sociais.

A obra está dividida em seis capítulos, sendo o primeiro uma introdução ao tema da investigação, aprofundando as dimensões conceptuais e elaborando uma construção do problema de estudo, enquanto área de conhecimento e intervenção do serviço social. A perspectiva do autor é de se torna fundamental a construção de uma análise baseada na criança, família e o contexto em que se desenvolve, incluindo o quadro das políticas públicas de resposta ao problema e daí a relação criança, família e cidadania

O segundo e terceiro capítulo aprofundam as questões directas e indirectamente relacionadas com os modelos de bem-estar dirigidos à criança e à família nos países da Europa do Sul, com maior incidência no sistema de protecção português.

O desenvolvimento do conceito de bem-estar apresenta-se associado ao conceito de desenvolvimento social e humano em contexto local, articulando com o âmbito de intervenção das comissões de protecção, e é entendido como o resultado de um conjunto de "(...) medidas dirigidas à sociedade para satisfação das necessidades (...). (Ferreira, 2011, p. 77), tratando-se de um elemento constitutivo de uma cidadania plena.

O capítulo quarto introduz o tema da construção do objecto do Serviço Social, e da relação com as políticas sociais, respostas e os serviços sociais para a criança e a família. O autor desenvolve ainda o tema da evolução dos dispositivos de protecção à criança, com o objectivo de compreender melhor a relação entre evolução do sistema legal de protecção à criança e a família, os modelos de protecção e a sua adequabilidade operativa por via dos dispositivos de protecção para a criança e a família.

No capítulo quinto são aprofundadas as dimensões relacionadas com a família biológica e a família de acolhimento sendo a família apresentada como parceira na intervenção do Serviço Social, valorizando e explorando as suas capacidades e competências, tendo como suporte teórico nessa reflexão a Teoria de Ausloos (1996), à qual se associa o conceito de família multiproblemática.

A teoria ecológica constitui o enquadramento teórico fundamental da investigação, e a partir da qual são reflectidas as questões da criança e da família, mas sem deixar outros referências teóricas como a teoria da vinculação ou a teoria de resiliência

A partir do pensamento de Urie Bronfenbrenner (1979) são tidas em conta as múltiplas interacções entre a pessoa e os ambientes que a integram e envolvem; o profissional centra a sua atenção não só no sujeito mas também nos ambientes nos quais ele participa, seja num nível imediato ou aqueles nos quais participa mais indirectamente.

No sexto capítulo são desenvolvidas as questões sobre o agir profissional do assistente social no sistema de protecção à criança, equacionando os fundamentos teóricos e éticos, bem como as matrizes metodológicas do Serviço Social que

suportam a intervenção do assistente social no sistema de protecção à criança e à família.

O estudo revela que os assistentes sociais desenvolvem a sua intervenção nas comissões de protecção de crianças e jovens a nível individual, colectivo e em rede.

Para o autor o desafio do serviço social é “o aprofundamento de quadros teóricos e metodológicos que estimulem uma intervenção profissional centrada nas competências do cidadão enquanto ser humano capaz de construir o seu próprio percurso de vida, no âmbito da construção de uma cidadania social plena e participativa”. (Ferreira, 2011, p. 231).

O autor identifica na pesquisa empírica como modelos de intervenção do assistente social o modelo sistémico, o modelo de intervenção em rede e o modelo ecológico, fundamentando-se teoricamente numa abordagem humanista baseada em princípios de responsabilidade e bem-estar em conformidade com os princípios do código de ética.

E em resposta à sua interrogação inicial afirma que “O assistente social utiliza um conjunto de dispositivos operativos das políticas sociais assim como desempenha um conjunto de funções especializadas no domínio do diagnóstico, planeamento da resposta social, em articulação com o contexto institucional, no quadro das políticas sociais e dos direitos sociais do beneficiário da acção”. (Ferreira, 2011, p. 270). No âmbito do *modus operandi* do assistente social exige-se uma intervenção profissional sustentada em procedimentos teóricos e metodológicos (conhecimento/saber) e em princípios éticos-deontológicos, reconhecendo o sujeito como parceiro na acção (sujeito/cidadão).

Conclui-se que o agir do assistente social se identifica como um processo reflexivo resultante da intervenção do profissional em articulação com os testemunhos dos sujeitos e mediado pelas políticas sociais. Este processo é facilitador da construção de conhecimento em serviço social e também da concepção de modelos de bem-estar.

Como reflexão final poder-se-ia ressaltar que a investigação aqui apresentada procurou uma abordagem conceptual aprofundada, que permitiu a construção de um quadro teórico abrangente que sustentou a informação recolhida, levando à sua compreensão e à atribuição de sentido à intervenção do assistente social. Deste modo torna-se um pertinente instrumento de formação, num diálogo entre o saber e a prática.

A obra constitui-se como um meio de reflexão do agir do assistente social, levando a uma clarificação da intervenção do profissional, num momento em que a intervenção social é partilhada por diferentes áreas disciplinares e formações académicas. Por outro lado é um importante contributo ao diagnóstico da intervenção do assistente social nas CPCJ, identificando fragilidades e potencialidades, e criando as bases para a (re)formulação de um modelo de intervenção que ultrapasse as questões apresentadas quer a nível da formação científica e técnica, quer no quadro legal que regulamenta a intervenção, pois

“O modus operandi do assistente social fundamenta-se num saber teórico que influencia e é influenciado pelas políticas sociais e pela legislação social que legitimam a gestão de respostas de bem-estar social às necessidades do cidadão e de satisfação dos direitos sociais” (Ferreira, 2011, p. 272).